

**“DE OLHO NO PLANALTO”: OS PRESIDENCIÁVEIS DE 1989 NAS PÁGINAS  
DE MANCHETE**  
**“WITH AN EYE TOWARDS THE PLANALTO PALACE”: THE PRESIDENTIAL  
CANDIDATES IN THE PAGES OF THE WEEKLY MAGAZINE “MANCHETE”, IN  
THE CONTEXT OF THE 1989 ELECTIONS**



**ROBERTO BILUCZYK <sup>1</sup>**

**Resumo**

O presente artigo busca analisar a apresentação dos candidatos à presidência da República, na eleição de 1989, efetuada pela revista semanal Manchete – publicada no Brasil pela Bloch Editores, entre 1952 e 2000. O interesse do semanário pelos presidenciais motivou a produção de uma série de reportagens denominada “De olho no Planalto”, onde se ressaltou o perfil de 11 políticos envolvidos na disputa. A eleição foi a primeira em 29 anos a permitir o voto direto e popular para o desígnio de um chefe de governo, um direito negado pela ditadura militar. As peculiaridades de Manchete, periódico de grande prestígio e popularidade da segunda metade do século XX, a tornam uma excelente fonte, ainda pouco explorada em trabalhos historiográficos dirigidos à observação política do contexto.

**Palavras-chave:** Eleições de 1989. História. Imprensa.

**Abstract**

This article seeks to analyze the presentation of candidates for the presidency of the Republic, in the 1989 election, carried out by the weekly magazine Manchete - published in Brazil between 1952 and 2000, by Bloch Editores. The weekly's interest in the presidential candidates motivated the production of a series of reports called “De olho no Planalto” – in free translation, “With an eye towards the Planalto Palace”, the seat of the Brazilian government –, which highlighted the profile of 11 politicians involved in the dispute. The election was the first in 29 years to allow direct and popular voting for the design of a head of government, a right denied by the military dictatorship. The peculiarities of Manchete, a press publication with great prestige and popularity of the second half of the twentieth century, make it an excellent source, still insufficiently explored in historiographical works aimed at the political observation of the context.

**Keywords:** 1989 Brazilian elections. History. Press.

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). E-mail: [rb.biluczyk@gmail.com](mailto:rb.biluczyk@gmail.com)



## Introdução

Uma das pautas mais requisitadas pela população no final da ditadura militar foi a restauração do direito de se eleger um presidente de maneira direta, ou seja, que o eleitor pudesse ir às urnas e decidir quem estaria melhor habilitado, sob seus critérios, a governar o país. A prerrogativa era negada pelos detentores do poder desde o golpe de 1964. Conforme Jorge Ferreira (2018, p. 28), no ocaso ditatorial, o regime “nada mais tinha a oferecer à sociedade”. Os indicadores econômicos apontavam altos percentuais de inflação, recessão, desemprego e endividamento.

Setores populares se organizaram, entre 1983 e 1984, em atos como as Diretas Já, para manifestarem apoio à Emenda Dante de Oliveira – Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 5, de 1983 –, que tramitava na Câmara dos Deputados e viabilizaria, se aprovada, o retorno das eleições diretas presidenciais. Apesar da mobilização, a proposta foi derrotada, decepcionando os envolvidos na causa. Despertou-se, assim, no âmbito político, a necessidade de se enfrentar os militares, a partir de suas “próprias regras” (FERREIRA, 2018, p. 34).

A composição de uma chapa formada por Tancredo Neves e José Sarney, em 1984, representou uma chance concreta de se derrotar a ditadura militar, àquela altura comandada pelo general João Figueiredo. Tancredo, membro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), era um distinto articulador, enquanto Sarney era egresso do Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que deu sustentação aos governos militares, tendo recentemente se agregado às fileiras pemedebistas, após conflitos internos em sua sigla original (FICO, 2016, p. 107).

Outros dissidentes do PDS, reunidos em um grupo conhecido como Frente Liberal (FL), se somaram à proposta de oposição moderada, juntando-se ao PMDB, em agosto de 1984, em uma coligação denominada Aliança Democrática. Em 15 de janeiro de 1985, os governistas Paulo Maluf e Flávio Marcílio, do PDS, receberam 300 votos a menos que a chapa vencedora de Tancredo e Sarney, em uma eleição indireta (FICO, 2016, p. 107). A FL se converteu no Partido da Frente Liberal (PFL), consolidando-se no cenário político. Tancredo, por sua vez, adoeceu e não chegou a tomar posse.

Diante da morte de Tancredo Neves, em 21 de abril de 1985, José Sarney foi alçado à titularidade, transformando-se em um “presidente acidental” (FERREIRA, 2018,



p. 27). O governo Sarney articulou uma transição entre regimes sob forte tutela dos militares, evidenciada pela grande afinidade entre o mandatário e as Forças Armadas e pelas limitações impostas ao restabelecimento pleno da democracia (CODATO, 2005, p. 170). Sinaliza-se, porém, que o pemedebista cumpriu algumas das promessas de Tancredo, ao dar condições para o chamamento de uma Assembleia Nacional Constituinte, fundamental para a reorganização das instituições.

No poder, Sarney introduziu planos econômicos, com o objetivo de solucionar os problemas deixados pelos militares, com vistas à estabilização da moeda e ao controle inflacionário. No Plano Cruzado, lançado em fevereiro de 1986, substituiu-se a moeda cruzeiro pelo cruzado, entre outros recursos. As medidas geraram expectativa e popularidade, assegurando um bom desempenho ao PMDB nas eleições de novembro daquele ano. Entretanto, o conjunto de ações se mostrou um fracasso logo após o término do processo eleitoral (FICO, 2016, p. 113).

Na Assembleia Constituinte, instalada em fevereiro de 1987 e composta por 559 congressistas, PMDB e PFL eram os dois partidos predominantes, em razão dos resultados das eleições legislativas de 1986<sup>2</sup>. Isso não significou tranquilidade a José Sarney, posto que alas de seu próprio partido, presentes na Comissão de Sistematização, deliberavam sobre uma eventual abreviação de seu mandato presidencial para quatro ou cinco anos, atendo-se também a uma sensível subtração das funções administrativas do presidente, pela introdução do parlamentarismo. Originalmente, por lei, Sarney deveria permanecer no governo até 15 de março de 1991, sob um sistema presidencialista (BILUCZYK, 2021, p. 61).

Em maio de 1987, frente ao risco iminente de perder dois anos de seu desígnio, José Sarney se valeu de um pronunciamento no rádio e na televisão para informar que continuaria no Palácio do Planalto até 1990, abrindo mão de um ano de seu mandato, “em nome da conciliação” (SARNEY..., 1987, p. 18B). Era de amplo conhecimento que a decisão sobre o assunto não lhe cabia. A disputa era mais um fator preponderante na relação hostil entre Sarney e a Constituinte, constantemente ferida em sua soberania por atos públicos do presidente e de sua equipe ministerial.

---

<sup>2</sup> Além dos 487 deputados federais e 49 senadores eleitos em 1986, 23 senadores eleitos em 1982, no exercício de seus mandatos de oito anos, também participaram da Constituinte.



Entre conflitos e reviravoltas, estratégias e conchavos protagonizados por Sarney, parlamentares do Centrão<sup>3</sup> e integrantes do governo, a vontade do presidente da República se fez e o encerramento de seu mandato foi marcado para 15 de março de 1990, conservando-se o presidencialismo como sistema de governo. Formas e sistemas de governo voltariam a ser discutidos oficialmente em 1993, por meio de um plebiscito definido pelos constituintes, durante a elaboração das Disposições Transitórias da nova Carta (BILUCZYK, 2021, p. 12).

Em seu último ano como presidente, José Sarney seguiu governando de maneira apática, sem resolver as crises políticas e econômicas que distinguiram negativamente sua gestão. Perante as dificuldades, as tão aspiradas eleições diretas, previstas para 15 de novembro de 1989, data do centenário da República, logo ganharam espaço em veículos de imprensa, como *Manchete*, que promoveu, entre julho e setembro de 1989, uma série intitulada “De olho no Planalto”, expondo em reportagens e fotografias, os perfis pessoais e profissionais, bem como os projetos, de 11 dos 22 candidatos à presidência do Brasil.

*Manchete* foi uma revista de circulação semanal, publicada no Brasil entre 1952 e 2000 pela Bloch Editores, empresa sediada no Rio de Janeiro<sup>4</sup>. Seu projeto original contemplava a concisão e a diversificação do texto, aliadas à proeminência da fotografia e dos assuntos ligados às variedades e ao entretenimento, um padrão estabelecido no país por *O Cruzeiro* (1928-1975), sua concorrente imediata (NASCIMENTO, 2015, p. 28).

Ao longo dos anos, *Manchete* passou por mudanças em sua apresentação, procurando conciliar elementos de sua gênese – como o destaque às imagens e a alta qualidade gráfica de suas páginas –, com os novos anseios do mercado. Pautas políticas costumavam marcar presença na seção “Posto de Escuta”, elaborada pelo jornalista e escritor Murilo Melo Filho, inaugurada na edição nº 248, de 19 de janeiro de 1957. Entre agosto de 1988 e maio de 1990, o espaço entrou em hiato, sendo substituído por reportagens de maior extensão, como as que serão aqui analisadas.

Tânia Regina de Luca (2008, p. 113) salienta que o uso de meios de comunicação impressos para análise e obtenção de dados direcionados a pesquisas históricas se

---

<sup>3</sup> O Centrão, grupo político inicialmente conhecido como Centro Democrático, surgiu em meados de 1987, na Constituinte. Primeiramente composto por integrantes do PMDB, reuniu congressistas de outras agremiações, especialmente a partir de novembro daquele ano. O principal objetivo da corrente era desfazer pontos da nova Constituição considerados demasiadamente progressistas. Para tanto, adotou uma linha severamente conservadora. Na imprensa, a criação do movimento foi amplamente festejada.

<sup>4</sup> *Manchete* deixou de ser produzida pela Bloch Editores em 2000, quando a empresa teve sua falência decretada. Um grupo de funcionários continuou a imprimir a revista sem a mesma periodicidade até 2002, quando os títulos outrora pertencentes à editora carioca foram arrematados por Marcos Dvoskin, que tornou a revista uma publicação esporádica, focada em especiais. Mais tarde, *Manchete* foi definitivamente extinta.



desenvolveu tardiamente, recebendo influências das transformações paradigmáticas ocorridas durante o século XX. De tal modo, após a década de 1970, houve um aumento no número de trabalhos a empregar a imprensa como fonte ou objeto. O pesquisador interessado em efetivar esse tipo de pesquisa deve observar as peculiaridades operacionais do veículo de comunicação social, como sua frequência de circulação e seus aspectos editoriais (LUCA, 2008, p. 142).

Para Maria Helena Capelato (1988, p. 13), a imprensa se impõe como uma “força política”, que manipula e intervém nos acontecimentos sociais. Além disso, as atividades das mídias se regem sob uma lógica econômica, visando lucro, uma vez que, habitualmente, seu produto advém da iniciativa privada. Em períodos mais recentes, entretanto, nota-se na atuação dos periódicos no Brasil, uma ambição dirigida a uma utópica imparcialidade, camuflando-se em seus exercícios, motivações de ordem ideológica e econômica (ZICMAN, 1985, p. 91).

Em *Manchete*, detecta-se certa maleabilidade em suas concepções políticas nacionais, ao tentar se adaptar ao contexto situacionista, à revelia da corrente ideológica detentora do poder (PÁDUA, 2013, p. 220). Essa característica se conjuga com a afeição da revista pelo “otimismo”. Conforme o jornalista e escritor Carlos Heitor Cony (2008, p. 64), o semanário “procurava ver o lado bom de tudo, o lado bonito e positivo”, geralmente se evadindo de acusações ou críticas mais contundentes contra os alvos de sua atenção. Simultaneamente, porém, o semanário externava oposição à política socialista dos países do Segundo Mundo, orientada internacionalmente pela União Soviética (URSS).

Este artigo visa compreender como *Manchete* deu a conhecer os presidenciaíveis de 1989 na série “De olho no Planalto”, levando em conta o panorama da redemocratização nacional e o perfil editorial do semanário carioca. Para fins práticos, o exame das fontes utilizará elementos metodológicos da Análise de Conteúdo, “técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BARDIN, 2000, p. 19). A aplicação da metodologia envolve o profundo conhecimento da fonte e do contexto pelo pesquisador, que deve considerar, sob um conjunto de regras próprias, a quem seu objeto de estudo se volta, o que ele diz, de que modo e com que intuito (MORAES, 1999, p. 3).

**A série “De olho no Planalto”: os candidatos a presidente do Brasil em *Manchete***



Com a série “De olho no Planalto”, *Manchete*, que já vinha acompanhando os movimentos partidários em torno da escolha dos candidatos, consolidou sua cobertura alusiva à eleição, cujo primeiro turno estava marcado para ocorrer em 15 de novembro de 1989. A referida votação – caracterizada como uma eleição “solteira”, uma vez que somente o presidente da República seria escolhido naquela oportunidade –, foi a primeira a submeter os dois candidatos com melhor desempenho nas urnas ao segundo turno (FREIRE; CARVALHO, 2018, p. 119). O pleito municipal de 1988 adotou regras próprias, pois seus trâmites foram deflagrados antes da promulgação da Constituição.

Como líder no segmento de revistas ilustradas e de entretenimento, sendo um dos semanários mais vendidos do país, *Manchete* ocupou papel de relevância nesse panorama, atuando a partir de prerrogativas peculiares a seu modo de operação. Ademais, o Grupo Bloch detinha a TV Manchete (1983-1999), emissora que buscava se estabilizar no mercado e que introduziu o conglomerado em um novo patamar comunicacional (VIEIRA, 2012). Em 1989, houve um especial envolvimento da mídia na corrida eleitoral, frente a um contexto inédito, impulsionado pelos primeiros passos da redemocratização e pela ampla penetração dos veículos de imprensa na sociedade (GOMES, 2009, p. 5).

A primeira matéria da série aqui analisada foi publicada em 1º de julho de 1989, na edição nº 1941. A coletânea se estendeu até a edição nº 1951, de 9 de setembro daquele ano<sup>5</sup>. A cada semana, um candidato ganhou ênfase. Em virtude da inflação, o preço de *Manchete* oscilou no período entre 5 e 10 cruzados novos. As inconstâncias da área econômica eram severamente exploradas pela revista. O conjunto de reportagens foi, assim, uma oportunidade para os presidentiáveis exporem palpites, pareceres e projetos conexos à economia, sobretudo no que dizia respeito ao pagamento ou não da dívida externa.

A tabela a seguir propõe uma análise quantitativa da série examinada neste artigo. Informa-se, ao mesmo tempo, a posição que cada candidato ocupou no primeiro turno da

---

<sup>5</sup> No período de publicação da série, *Manchete* se mostrou interessada também em outros temas, como a estreia da novela *Kananga do Japão*, da TV Manchete, cuja ideia original era de Carlos Heitor Cony e Adolpho Bloch, o proprietário da publicação e da emissora. Do mesmo modo, retratou a grande quantidade de artistas supostamente infectados pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV). Salienta-se, outrossim, que o jornalista Roberto Muggiati era o diretor-editor da revista. Murilo Melo Filho era o diretor-responsável pela Bloch Editores. Adolpho Bloch, Oscar Bloch Sigelmann e Pedro Jack Kapeller administravam a casa publicadora que, além de *Manchete*, produzia outras revistas, como *Desfile*, *Geográfica Universal* e *Manchete Rural*.



eleição. Em nenhum momento, a revista arrolou os critérios envolvidos na seleção dos candidatos, tampouco a motivação para a sequência determinada para as publicações das reportagens. Contudo, percebe-se que os 11 primeiros colocados na eleição de 15 de novembro foram precisamente os 11 escolhidos pelo semanário, meses antes, em ordem algumas vezes coincidente.

**Tabela 1 – Apresentação quantitativa dos dados em “De olho no Planalto”.**

Candidato – segundo a ordem determinada por <i>Manchete</i>	Citações na capa	Total de páginas	Total de fotografias	Futura posição no 1º turno
<b>1 – Fernando Collor de Mello (PRN)</b>	Sim	7*	10*	1º
<b>2 – Paulo Maluf (PDS)</b>	Sim	3	3	5º
<b>3 – Ulysses Guimarães (PMDB)</b>	Sim	4	5	7º
<b>4 – Mário Covas (PSDB)</b>	Sim	3	5	4º
<b>5 – Leonel Brizola (PDT)</b>	Não	4	4	3º
<b>6 – Affonso Camargo (PTB)</b>	Não	2	3	11º
<b>7 – Guilherme Afif Domingos (PL)</b>	Não	3**	3	6º
<b>8 – Luiz Inácio Lula da Silva (PT)</b>	Não	3**	3	2º
<b>9 – Aureliano Chaves (PFL)</b>	Não	2	2	9º
<b>10 – Ronaldo Caiado (PSD)</b>	Não	2	3	10º
<b>11 – Roberto Freire (PCB)</b>	Não	2	2	8º

**Legenda:** \* Inclui a imagem principal da capa | \*\* A terceira página divide espaço com publicidade.

Por padrão, as matérias da série não contavam com créditos autorais. Entretanto, a reportagem sobre Ulysses Guimarães foi uma exceção, ao ganhar a assinatura de Murilo Melo Filho. Em todos os demais textos, o jornalista elaborou boxes com pequenas resenhas, onde traçou aspectos biográficos e aprofundou questões políticas ligadas aos candidatos. Na matéria a respeito do pemedebista, porém, a resenha foi escrita por Marcos Magalhães. Eventual falha ou inversão dos créditos carece de meios para comprovação.

As matérias se diferiam em suas apresentações, possuindo tamanho desigual, quantidade de fotografias díspar e localização variada. As reportagens 1 e 2, por exemplo,





foram configuradas como redações concentradas, enquanto a 3 e a 4 mesclaram o texto com perguntas soltas em seu desenvolvimento. Doravante a quinta matéria, o contato entre o repórter e o candidato se deu em um jogo de perguntas e respostas. As temáticas das ilustrações eram similares, exibindo o pretendente em interação com seu núcleo familiar ou no exercício de atividades rotineiras.

**Figura 1:** Exemplos de fotografias publicadas por *Manchete* na série “De olho no Planalto”. Da esquerda para a direita: o candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o filho dele, Luiz Cláudio (foto de Vic Parisi); o candidato Guilherme Afif Domingos (PL), a esposa e os filhos deles (foto não creditada); e o candidato Affonso Camargo (PTB), sozinho, em posição de meditação (foto de Adelson Queiroz).

A primeira reportagem apresentou Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Desde 1987, o candidato, que deixou o cargo de governador de Alagoas para concorrer à presidência, procurou se projetar como opção viável, utilizando como estratégia a ampla visibilidade de sua imagem na grande mídia, que logo o acolheu, exacerbando seus discursos moralistas e seus conflitos com funcionários públicos que recebiam salários considerados elevados, os chamados “marajás” (FREIRE; CARVALHO, 2018, p. 139). Esse foi um dos pontos notabilizados por *Manchete* na matéria.

Para o semanário carioca, a candidatura de Collor era produto de uma disposição pessoal do político, que abandonou o PMDB, em razão de o partido já contar com outros aspirantes à presidência (COLLOR..., 1989, p. 8). De fato, a legenda de Sarney contou com disputas internas entre figuras mais tradicionais ou afinadas com a sigla. De acordo com Cássio Augusto Guilherme (2016, p. 107), no decorrer de toda a campanha, Collor “centrou seu discurso no indivíduo-candidato, em um partido pequeno, contra tudo e contra todos, por meio de forte *marketing* político, ufanista e patriótico que atraía o imaginário popular”.

A reportagem sinalizou que, para resolver o impasse partidário, Collor “decidiu criar uma legenda própria”, o PRN, “que lhe permitisse viabilizar o sonho maior” (COLLOR..., 1989, p. 8). Na realidade, a agremiação já existia desde 1985, com o nome de Partido da Juventude (PJ), apenas adotando uma nova nomenclatura em 1989, ao filiar o presidencial, servindo a seu propósito (COUTO, 2009). “Apesar de tudo, parece que deu certo. *Collorir* até virou verbo”, sintetizou o texto, ao notabilizar, de antemão, a designação dada aos políticos aliançados com Collor: *colloridos* (COLLOR..., 1989, p. 8).

*Manchete* procurou explorar uma imagem aprazível do candidato, elencando uma série de qualidades de sua vida pessoal e política, ressaltando superficialidades de sua



aparência, como o “porte atlético” e a “pinta de galã”, e sua idade: 39 anos. Foram salientados também seus vínculos familiares com antigos políticos, como Lindolfo Collor, seu avô materno, e Arnon de Mello, seu pai, que fora senador da República – ambos já falecidos à época (COLLOR..., 1989, p. 8). A redação exprimiu um tom de informalidade, confirmado pela descrição dos bastidores do contato entre a equipe de *Manchete* e o candidato.

Na reportagem, foram publicadas nove fotografias sobre Collor. Uma décima imagem estampou a capa da edição. Nas ilustrações, observa-se o político em práticas esportivas, em interação com a esposa, Rosane, e em atividades de campanha. “Simpático e gentil com os repórteres, mantém um estilo em moda: o de um homem comprometido com a geração saúde”, elogiava a matéria (COLLOR..., 1989, p. 8). Imagens da infância do candidato foram notabilizadas, sendo uma delas apresentada pela mãe dele, Leda Collor de Mello, uma importante fonte ao texto.

Leda, de 73 anos, demonstrava apoio incondicional à candidatura do filho, defendendo-o, na matéria, de ataques de oponentes. Paralelamente, ela expunha características da índole de Fernando Collor, por ela delineado como “tímido, retraído”, algo que poderia ser confundido “com agressividade”, suavizando o temperamento do político. A matriarca foi apontada como a legítima proprietária de bens associados ao candidato, como o jornal *Gazeta de Alagoas*, publicado em Maceió, e a mansão da família em Brasília, conhecida como Casa da Dinda, em alusão ao apelido da avó dela (COLLOR..., 1989, p. 8).

Uma das estratégias da campanha de Collor era afastar do político, a “imagem de homem rico e sofisticado”. Por isso, ele assegurava que a Casa da Dinda não era de sua propriedade – e sim, de sua mãe. Ademais, ele dizia pagar aluguel a Leda para morar no imóvel. Em roupas esportivas, o político posou para uma fotografia, em frente à placa com o nome da residência (COLLOR..., 1989, p. 9). Para Murilo Melo Filho (1989a, p. 11), Collor era “a maior surpresa” da eleição, ao rapidamente obter 43% das intenções de voto nas pesquisas, sendo comparado ao ex-presidente Jânio Quadros em sua célere ascensão.

Pontos de contrariedade ao comportamento de Collor foram brevemente abordados e logo minimizados pela reportagem. Seu caráter de pai ausente, por exemplo, foi relevado pelo semanário, pelo fato de os filhos dele residirem no Rio de Janeiro com sua primeira esposa, Lilibeth. A aceitação de apoio de integrantes do Centrão à sua candidatura e a adesão de alguns deles ao PRN também foram justificadas, com a garantia



de que Collor não compactuava com parte do ideário desses políticos e que efetuaría uma triagem nas participações dos mesmos na campanha (COLLOR..., 1989, p. 8).

Sobre os “matizes ideológicos”, o candidato enquadrava como “definições antiquadas” os termos: esquerda, direita e centro. Para ele, a sociedade brasileira estava dividida entre os “conformistas”, que desejavam “manter tudo como está”, e os “reformistas”, como ele. “Como também sou religioso, poderia me definir como um reformista cristão”, complementou o presidenciável, preocupado em conquistar a confiança de pessoas entre 16 e 47 anos, que, até então, nunca haviam votado para presidente (COLLOR..., 1989, p. 11).

A sensibilidade da política no período impedia a maioria dos políticos de se imporem como candidatos de direita. Esse ideário estava constantemente associado a elementos dignos de desprezo, como a ditadura militar. Por essa razão, era forte a negação ou mesmo o descrédito à validade da classificação. A nomenclatura “centro” tendia a englobar todo o espectro, em forte eufemismo (GUILHERME, 2016, p. 89). Um dos atos mais notórios correlacionados a isso foi a emergência do supracitado Centrão, grupo que preconizava conceitos da direita desde a Constituinte, mas que se escondia sob uma terminologia entendida como neutra (BILUCZYK, 2021, p. 91).

Para se distanciar de “atritos e fricções”, “esquivando-se também do fogo centrado de seus adversários”, dias após a entrevista, Collor havia embarcado para a Europa, “a fim de entrar em contato com líderes políticos europeus” e conhecer programas de privatização de estatais, demonstrando, conforme a revista, interesse na resolução das demandas econômicas (MELO FILHO, 1989a, p. 10). Com relação à dívida externa, ele afirmava que, em seu eventual governo, somente pagaria a pendência com “o que sobrar”, deixando-a em segundo plano, frente a outras prioridades (COLLOR..., 1989, p. 10).

A equipe de campanha de Fernando Collor de Mello, de acordo com o texto, era composta por apenas 12 assessores, dentre os quais a economista Zélia Cardoso de Mello e o jornalista Cláudio Humberto, ambos de 35 anos. O candidato do PRN ponderava que seus ministros seriam selecionados “entre o que existe de melhor no país, sem atentar para as suas origens partidárias, mas apenas para a sua competência e dignidade”. Collor prometia que as pastas seriam diminuídas para um total de 10, excluindo-se também o estatuto ministerial do Gabinete Militar (COLLOR..., 1989, p. 10).

Destacam-se ainda outras duas fotografias de Collor utilizadas por *Manchete*. Uma delas traz o candidato acenando em direção ao leitor. A outra, presente na capa da edição, retratou o político como quem oferece a mão para um cumprimento. Collor foi o



único candidato a visualmente aparecer na capa do semanário, durante o intervalo de publicação da série “De olho no Planalto”. Paulo Maluf, Ulysses Guimarães e Mário Covas foram apenas citados nas capas de suas respectivas edições. Os demais, ocuparam somente as páginas internas.

A segunda matéria da série trouxe à tona a candidatura de Paulo Maluf, do PDS. Em campanha, Maluf demonstrava duas de suas facetas: sua ligação com o empresariado, com o qual buscava manter estreitas relações, e sua participação na eleição indireta presidencial de 1985, na qual foi derrotado por Tancredo e Sarney (FREIRE; CARVALHO, 2018, p. 130). O político, de 57 anos, foi apontado por *Manchete* como um “empresário bem-sucedido”, um “político obstinado e polêmico, empreendedor e pragmático”, que criticava as escolhas de José Sarney no campo econômico. “Ao invés de fazer uma opção pelos pobres, o Brasil preferiu fazer a opção de ficar pobre”, salientava (PAULO..., 1989, p. 16).

O pedessista, outrora amparado pela ditadura militar, conquistou convenientes apoios entre lideranças daquele regime de exceção, sendo, por isso, elevado a importantes cargos, naquele período (CAMPOS E OUTROS, 2009). Na reportagem, Maluf relatava estar disposto a “esquecer o passado” e se descolar da imagem de apoiador da ditadura, amplificando um discurso de conciliação, defendendo a aplicação do “texto sagrado da Constituição”. Assim como Collor, Maluf discordava do uso dos termos esquerda e direita na política. O integrante do PDS prometia que sua campanha seria “transparente”, voltada a pessoas com pensamentos iguais aos dele (PAULO..., 1989, p. 17-18).

Garantindo que o brasileiro estava “mais do que preparado para a democracia”, o político censurava a postura de membros de outros partidos, que, derrotados em suas convenções, planejavam apoiar candidatos de outras agremiações. “É uma estranha vocação antidemocrática essa a de não se submeter à vontade da maioria”, ponderava Maluf, possivelmente em referência à cisão do PDS, que resultou na Aliança Democrática e que lhe prejudicou na eleição indireta de 1985 (PAULO..., 1989, p. 17). Para “chegar à sua atual posição de candidato”, ele havia superado correligionários, como Jarbas Passarinho e Espiridião Amin. Mesmo assim, detinha um fraco desempenho nas pesquisas (MELO FILHO, 1989b, p. 18).

A matéria sobre o candidato buscou realçar a pretensa “competência” do político em suas gestões (PAULO..., 1989, p. 17). Nas fotografias escolhidas para ilustrar a reportagem, Paulo Maluf aparecia junto a empresários japoneses e ao antigo presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter. A imagem em destaque apresentou Maluf junto à



esposa dele, Sylvia, sentada em uma cadeira, no jardim de sua residência, enquanto ele está de pé, ao lado, escorado no móvel. Ambos estavam elegantemente vestidos.

O texto de Murilo Melo Filho (1989b, p. 18) se direcionou a vislumbrar o que teria acontecido ao país se Paulo Maluf “tivesse sido eleito”, julgando negativamente o “generalizado sentimento de maniqueísmo” do cenário político brasileiro de 1985, onde “o PMDB era o céu, e Maluf, o inferno”. O pedessista, que era contrário ao “calote” da dívida externa, acreditava que, em seu almejado governo, poderia renegociá-la. Ainda sobre a economia, o candidato comparou o desenvolvimento brasileiro com o estadunidense (PAULO..., 1989, p. 16).

Assinalando fraquezas de seus adversários, Maluf se entendia como um dos dois candidatos “verdadeiramente de oposição”, desde a eleição de Sarney. O outro era Collor. Sobre uma proposta que tramitava na Câmara, de autoria de outro presidencial, o deputado Guilherme Afif Domingos, que solicitava a antecipação da posse do presidente eleito para imediatamente após a conclusão da eleição, o pedessista se dizia favorável, relatando ter sugerido publicamente a ideia primeiro (MELO FILHO, 1989b, p. 18). Cabe salientar que Collor e Afif disputavam com Maluf a preferência dos empresários. Os três compartilhavam visões, em especial na área econômica (FREIRE; CARVALHO, 2018, p. 131).

A terceira reportagem revelou os pensamentos de Ulysses Guimarães, do PMDB. O político era o mais idoso entre os postulantes, tendo acumulado sucessivas vitórias em eleições legislativas (FREIRE; CARVALHO, 2018, p. 125). “Vou vencer esta eleição”, asseverava o pemedebista, de “olhos azuis”, “72 anos, 72 quilos e 1,76 metro”. “Na corrida para ocupar o Palácio do Planalto a partir de março do ano que vem, ele tem a persistência de um maratonista”, distinguiu o texto, enfatizando o “cérebro estratégico” de Guimarães e seu foco na conquista do cargo (MELO FILHO, 1989c, p. 106).

Para Melo Filho (1989c, p. 106), a desvantagem etária de Ulysses era suavizada pela “exposição de uma folha de serviços prestados à democracia”. A disposição do político era confirmada pela fotografia maior da reportagem, onde ele apareceu com roupas esportivas, praticando uma caminhada, acenando para frente. Essa imagem pode ser comparada com as fotografias de Collor, publicadas duas semanas antes. Outra foto, à esquerda da página, apresentou Guimarães de lado, sentado em uma cadeira, com uma expressão facial de satisfação.

A trajetória política de Ulysses era sublinhada, em *Manchete*, por sua participação na eleição indireta presidencial de 1974, na qual o político lançou seu nome, sem qualquer



chance de vitória, apenas para marcar posição contra a ditadura militar (FICO, 2016, p. 91). Até há pouco tempo, o pemedebista ocupava três presidências estratégicas: a da Assembleia Nacional Constituinte, a da Câmara dos Deputados e a do PMDB. Transformava-se em um “tetracoroado”, quando, nas ausências de Sarney, precisava assumir a presidência da República (MELO FILHO, 1989c, p. 108).

Mesmo com esse extenso e prestigiado currículo, que envolvia, outrossim, sua atuação no movimento das Diretas Já, Guimarães enfrentava notórios problemas em sua campanha. Em livro de memórias, o publicitário Chico Santa Rita (2002, p. 80), que coordenou a equipe de comunicação de Ulysses, expôs bastidores da candidatura, acentuando que o pemedebista tinha como empecilho, a necessidade de superar a rejeição popular, fundamentada na excessiva associação de sua imagem ao governo Sarney. Naquele ano, mais um planejamento econômico havia fracassado: o Plano Verão, que substituiu a moeda pelo cruzado novo e não conseguiu controlar a inflação (CARDOSO, 2009).

Por essa razão, na reportagem do semanário, Ulysses se referiu a José Sarney como o “atual presidente”, evitando citar o nome de seu indesejado correligionário, a fim de se distanciar do atual chefe de governo. Mesmo com um desempenho aquém nas pesquisas, Guimarães não se mostrava abatido, confiando no potencial de seu partido, que possuía diretórios “em todos os municípios brasileiros”. Segundo a matéria, o pemedebista sabia “como ninguém ressurgir no topo dos acontecimentos quando todos o dão como derrotado” (MELO FILHO, 1989c, p. 106-107).

Um dos recursos empregados pela campanha de Ulysses Guimarães, pontuado por Santa Rita (2002, p. 81), envolveu o aluguel de escritórios e estúdios na TV Manchete, que contava com equipamentos modernos, usados somente na Olimpíada de Seul, no ano anterior. Ressalta-se, de igual modo, que Guimarães era amigo de Adolpho Bloch, proprietário da emissora e da revista (BLOCH, 1992, p. 14). Em comparação com as demais matérias da série, a despeito da relação comercial e pessoal entre as partes, não é possível detectar algum tipo de favorecimento explícito do semanário a Ulysses – ao menos naquele momento.

Em 1989, o PMDB estava dividido entre uma ala de orientação progressista, que apoiava Ulysses, e um grupo de “moderados”, eufemismo que designava as correntes internas sumamente conservadoras. Enquanto o vice da chapa, Waldir Pires, preferia ficar afastado dos “moderados”, Ulysses afirmava que aceitaria o apoio dos mesmos, desde que não fossem membros do ministério de Sarney. Os governistas eram entendidos pelo



presidenciável como políticos apartados do programa da legenda, somente afinados com os pensamentos do presidente (MELO FILHO, 1989c, p. 107).

Considerando um erro a composição da chapa Tancredo-Sarney, o político comparava a inflação com um “câncer”, notando que as questões econômicas eram um “desafio para o governo”. Apesar de suas críticas, o candidato defendia as escolhas de seu partido e era contrário à antecipação da posse do presidente eleito. Ulysses também se evidenciava cauteloso quanto aos inúmeros movimentos grevistas, que se desenvolviam no período. “Greve é certo. Grevismo, não”, refletia (MELO FILHO, 1989c, p. 106-108).

Na reportagem, Guimarães propagou como plataforma de governo, o “combate às desigualdades e às diferenças sociais”. “Sou um homem voltado para o social e para os carentes. A grande tragédia deste país é a miséria. Enquanto ela existir, não atingiremos o patamar de nação desenvolvida. Esta é a minha ideologia”, frisava, ao elencar suas prioridades: o desenvolvimento, “porque sem dinheiro não se faz nada”, a criação de uma sociedade de consumo e de massa, a educação, a saúde, a ecologia e a habitação (MELO FILHO, 1989c, p. 108).

O presidenciável contava, segundo *Manchete*, com dois pontos positivos a favor de si: sua capacidade de articulação, em meio a uma rotina “impregnada de política”, e o apoio de sua “esposa e conselheira”, Ida, conhecida como Dona Mora (MELO FILHO, 1989c, p. 109). Há 37 anos casada com Ulysses, Mora era descrita como “uma *expert* em política”, ao participar ativamente das escolhas do marido, promovendo encontros de mulheres em favor da candidatura, tornando-se “presença certa na campanha” (MAGALHÃES, 1989, p. 109). O casal estampou uma das fotografias da matéria.

O texto da edição nº 1944 de *Manchete* deu notoriedade à campanha de Mário Covas, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O político havia sido o senador mais votado por São Paulo em 1986. Na Constituinte, liderou o PMDB. Após conflitos que envolveram a votação da duração do mandato de Sarney e do sistema de governo, deixou o partido para ser um dos fundadores do PSDB, pelo qual estava concorrendo à presidência. Todos esses fatos foram recordados na matéria do semanário (MÁRIO..., 1989, p. 100).

Para “amigos e adversários”, Covas era “o mais articulado dos candidatos a presidente da República” em 1989. Entretanto, conforme a redação, “em muitos sentidos, ele funciona como uma espécie de América para o torcedor carioca de futebol: é o segundo na preferência de quase todos”. Isso era visto como o principal empecilho contra sua candidatura, que obtinha 5% nas pesquisas, permanecendo em uma “planície”, junto



a candidatos que não apresentavam “seu passado, suas lutas e suas possibilidades” (MÁRIO..., 1989, p. 100).

De acordo com *Manchete*, a postura de Covas como candidato não deixava de “provocar perplexidades”. Na Constituinte, o político era conhecido como o “combativo líder da corrente mais estatizante”, disposto a não permitir a diminuição do poder do Estado. Como presidenciável, havia amenizado seu discurso, acolhendo conceitos como a “livre iniciativa na tese e a livre concorrência no método”. O tucano não detectava quaisquer contradições em seus próprios pensamentos, dizendo crer que, na competição, o desenvolvimento seria retomado com “justiça social” e sem “economia cartorial” (MÁRIO..., 1989, p. 100-101). Com essas flexibilizações em seu ideário, Covas acenava a setores empresariais, com poucos efeitos (FREIRE; CARVALHO, 2018, p. 138-139).

Na matéria, Mário Covas diminuiu a importância dos entraves que o partido enfrentava na escolha do vice de sua chapa, reiterando sua “posição estritamente partidária” (MÁRIO..., 1989, p. 100-101). O apreço de Covas pela legenda, constituída há pouco tempo, e pelas decisões sobre as quais implicavam suas deliberações foram igualmente sopesadas por Murilo Melo Filho (1989d, p. 102), que percebia que o senador “não saiu do PMDB para ser candidato do PSDB à presidência da República. E nem saiu do PMDB por não poder ser candidato. Agora é candidato do PSDB porque o partido assim o quis”.

Apesar de reunir parte do grupo considerado mais à esquerda do PMDB, o PSDB também filiou, em sua gênese, políticos de direita, oriundos de siglas, como o PFL, sobretudo no Rio de Janeiro. Isso contribuiu para que o partido negasse o espectro ideológico, logo em suas primeiras ações (BILUCZYK, 2021, p. 108). Conforme Celso Roma (2002, p. 74), “a origem do PSDB pode ser explicada com maior consistência por sua orientação mais pragmático-eleitoral do que ideológica”, pela adesão de grupos que ambicionavam o poder, mas se viam excluídos do governo Sarney, perante ao qual firmaram oposição.

Em relação ao iconográfico, a matéria sobre Mário Covas trouxe uma ampla imagem do político com a família dele – um filho, duas filhas, um genro, dois netos e a esposa Florinda, conhecida como Dona Lila. Em tamanho menor, duas fotografias antigas. A primeira, do casamento dele, e a segunda, do político acompanhado de seu pai e de seu filho ainda criança. Em uma foto mais recente, Covas aparecia com um dedo sobre o olho. “De olho na presidência, ele defende a Constituição, da qual foi um dos artífices”, sinalizou a legenda (MÁRIO..., 1989, p. 102).



Na semana seguinte, a quinta matéria destacou Leonel de Moura Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). “De todos os presidencialistas da atual campanha, é, sem dúvida, o mais antigo no páreo, aquele que acumula uma extensa biografia política”, afirmava o texto, lembrando que Brizola foi governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, em “situações bastante diferentes”. O sul-rio-grandense, de 67 anos, para a reportagem, era o candidato com o “maior carisma”, algo que, todavia, lhe gerava “resistências” (BRIZOLA..., 1989, p. 102).

Em sua trajetória, Brizola apresentava bons momentos, como sua atuação na Campanha da Legalidade, que visou garantir a posse de João Goulart, em 1961. Com a ditadura militar, exilou-se e, ao regressar, voltou a ser um ativo personagem político. Buscando reorganizar o antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – extinto pelo Ato Institucional nº 2, em 1965 –, perdeu o direito à sigla e fundou o PDT. Na imprensa, em geral, encontrou resistências à sua pessoa, ao ser associado a ideias que causavam espécie nas esferas conservadoras da sociedade, da mídia e da política. Diante disso, ele não adotava uma postura passiva, contra-atacando os discursos de seus opositores (FICO, 2016, p. 104)

Para o pedetista, nos estados que governou, ele ganharia a eleição por “maioria absoluta”, pela percepção popular de sua capacidade de trabalho – o que, de fato, aconteceu. Na maioria das regiões brasileiras, ele aspirava conquistar vultosas porções do eleitorado. Seu maior problema, no entanto, era deslanchar seu projeto e sua imagem nos estados com maior número de votantes: São Paulo e Minas Gerais. O próprio Brizola sinalizava que seu “maior adversário” era o preconceito daqueles que não o conheciam. Otimista, esperava reverter essa desvantagem (BRIZOLA..., 1989, p. 102).

Brizola minimizava os resultados das pesquisas, ainda “em fase de inconsistência”. Segundo o presidencialista, o poder econômico estava “interessado em inflar o balão dos candidatos mais maleáveis”. “Coloco uma boa dose de suspeita nessas pesquisas, pois o poder econômico tem as suas preferências”, asseverava o pedetista (BRIZOLA..., 1989, p. 102). Na resenha de Melo Filho (1989e, p. 104), foram recordados outros aspectos de seu percurso político, reforçando-se suas qualidades e realizações frente ao governo do Rio de Janeiro, onde foi responsável por “obras visíveis”, como o Sambódromo e os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP).

Na matéria, Leonel Brizola empenhou críticas a Fernando Collor de Mello, que pertencia, na visão do político, a uma “direita sofisticada”. “Ele engana a muita gente que se deixa levar por sua aparência jovem – mas, por baixo dessas águas superficiais, ele



esconde a sua verdadeira natureza, que é a do conservador vaidoso e vazio”, apontava o candidato, que julgava também que o PDT estava “mais à esquerda” que o Partido dos Trabalhadores (PT), visto, todavia, como “mais radical” que sua agremiação. As siglas, porém, conforme ele, diminuíram suas “arestas” desde o início da campanha (BRIZOLA..., 1989, p. 102).

Avesso a alguns pontos da Constituição, que, segundo ele, eram “exóticos” e precisavam ser alterados “para melhor”, Brizola observava que o Congresso gozava de poderes excessivos que descaracterizavam o presidencialismo como sistema de governo (BRIZOLA..., 1989, p. 104). O político era um dos principais nomes contrários ao parlamentarismo no Brasil (BILUCZYK, 2021, p. 186). O candidato defendia que a “astronômica” dívida externa deveria passar por uma auditoria, “para se saber como, por que e com quem” foram contraídos os débitos. A revisão poderia abalizar a conclusão “de que nada mais devemos”, confiava o político (BRIZOLA..., 1989, p. 104).

A educação era uma “questão fechada” do projeto de governo de Leonel Brizola, que planejava conciliar a escola pública “gratuita e obrigatória” com a escola privada com “completa e total assistência do Estado”, não descartando o papel ocupado pelas instituições particulares no desenvolvimento educacional do país. A ideia não era entendida por ele como um “furo” em seus princípios focados na universalização do ensino público de qualidade. Outra de suas prioridades se embasava na recuperação da carreira do magistério, que sofria, em suas palavras, de uma “crise que nem chega a ser profissional: é existencial” (BRIZOLA..., 1989, p. 104).

O pedetista dizia que a pauta educacional sofria “resistências e preconceitos” de muitos de seus adversários. Sobre isso, ele relembrou a construção dos CIEPs, afirmando que seus opositores não compreendiam o investimento governamental “numa escola que dá almoço, jantar e merenda de graça” para crianças desamparadas socialmente. “Essas pessoas”, os críticos, “ficaram chocadas com isso, pois desejam que os pobres, os deserdados, continuem formando o imenso reservatório que fornecerá mão-de-obra barata para as nossas elites”, assegurava o ex-governador, que, embora estivesse sem mandato, mantinha sua grande influência no campo da esquerda (BRIZOLA..., 1989, p. 104).

Três das quatro fotografias que estamparam a reportagem privilegiavam a imagem de Brizola em ações políticas ou em retratos. Uma delas mostrou o candidato ao lado de seu vice, o deputado federal Fernando Lyra, egresso do PMDB, durante a convenção nacional do PDT. Em maior tamanho, uma foto do presidenciável, acompanhado de um



total de 12 pessoas, entre filhos, netos, noras e a esposa, Neuza Goulart Brizola, irmã do ex-presidente João Goulart.

Na sexta reportagem, Affonso Camargo, do PTB, notabilizava um discurso anticorrupção. Sua faceta moralista seguia estratégia parecida com a de Fernando Collor. Enquanto o ex-governador de Alagoas se opunha aos chamados “marajás”, Camargo combatia “as obras faraônicas”, empreendimentos supostamente de grande impacto, alto custo e pouca utilidade (AFFONSO..., 1989, p. 106). “Considerado um político habilidoso, eficiente nas costuras partidárias”, o petebista teve, conforme Melo Filho (1989f, p. 107), passagem por cargos, como o de ministro dos Transportes no governo Sarney.

Em sua carreira política, Affonso Camargo buscou se beneficiar das instâncias situacionistas para se elevar a funções públicas de relevância (FREIRE; CARVALHO, 2018, p. 129). Elogiando sua atual sigla, o político paranaense analisou sua recente saída do PMDB. Garantindo ser “um grande amigo de Ulysses”, entendia como nocivo a Guimarães, o fato de ser associado ao governo vigente. “A eleição deste ano não será decidida pelo fator ideológico, nem pelo passado dos candidatos. O que está em causa é a proposta de cada qual”, salientava. No que concernia à dívida externa, o candidato era contra a moratória, sugerindo “o reexame dos juros” (AFFONSO..., 1989, p. 106).

Em sua resenha, Melo Filho (1989f, p. 107) se deteve a feitos da vida política e pessoal de Affonso Camargo. Senador biônico em 1978, o político conseguiu se eleger de maneira direta para o cargo em 1986. Também era conhecido como o “implantador do vale-transporte”, benefício desenvolvido durante sua gestão como ministro. Tendo em vista o horário eleitoral, que se iniciaria em 15 de setembro e se encerraria em 12 de novembro, o candidato teria disponíveis 10 minutos para exibir sua plataforma. Promovendo-se como um “adepto da solidariedade cristã”, o candidato imprimia, como suas principais metas, a promoção da resolução de pontos, como a alimentação e a “casa própria com saneamento” (AFFONSO..., 1989, p. 106).

Rememorado como um “acordeonista exímio”, Camargo era, segundo Melo Filho (1989f, p. 107), um “vegetariano que contrariou a tendência da família, proprietária de um frigorífico de carne”. Admirador do zen-budismo e da ioga, aparecia em duas das três fotografias que acompanhavam a reportagem em posições que aludiam a técnicas de relaxamento e meditação. Nenhuma imagem evidenciou familiares do candidato, algo, até então, inédito na série “De olho no Planalto”. Camargo asseverava que, se não passasse ao segundo turno, apoiaria qualquer um dos postulantes, “menos o Brizola”.



Com isso, não apenas confirmava o afastamento intransponível entre Brizola e o PTB, ocorrido anos antes, como acenava aos opositores do pedetista.

Destaque da sétima matéria, Guilherme Afif Domingos, do Partido Liberal (PL), foi comparado por *Manchete* com outros candidatos, como Collor, Maluf e Covas, por reunir em si, segundo a revista, atributos como elegância, dinamicidade e capacidade de articulação. Assim como os supracitados, o presidenciável, que participou da Assembleia Nacional Constituinte como deputado, mostrava-se afeito ao empresariado, empenhando-se na atração dessa fatia do eleitorado, tornando-se um dos porta-vozes das demandas da iniciativa privada e do liberalismo econômico (FREIRE; CARVALHO, 2018, p. 131).

Mesmo descrito pela reportagem como um político de tantas qualidades, sua candidatura ainda não tinha “decolado”, de acordo com o semanário. Em um levantamento realizado no Plano Piloto de Brasília, Afif obteve, contudo, a maioria das intenções de voto. “Talvez nem seja um começo, mas já é um sintoma”, observava a introdução, demonstrando exacerbado otimismo sobre o candidato, que esperava uma pronta recuperação nos levantamentos mais densos, a serem efetivados após o início do horário eleitoral gratuito (GUILHERME..., 1989, p. 105).

Em suas colocações, Domingos criticava a “falta de princípios” e a “demagogia” da classe política. “Quando me perguntam se vou prender corruptos, respondo que esta não é a função do presidente da República”, declarava o candidato, que dizia não ter “medo de falar a verdade”. Em suas palavras, refletia que seu programa de governo era oriundo de um “debate franco, de um exame pessoal e próximo da realidade nacional”, construído em contato com o povo e não por um “coletivo de sábios trancados em gabinetes e bibliotecas” (GUILHERME..., 1989, p. 105).

Segundo o presidenciável, o país passava por um período de estagnação, com “inflação sem desenvolvimento”, que logo geraria desemprego. Para ele, o medo da população de enfrentar uma situação econômica extrema moveria as campanhas, que seriam uma “espécie de jornal sobre a crise”. “Esta eleição será decidida pelo inconsciente coletivo do povo, subordinado a fatos precisos e do momento, e não a conceitos utópicos da política ou da economia”, afiançava Domingos, que chamava o Plano Cruzado de “estelionato eleitoral” (GUILHERME..., 1989, p. 105).

Na resenha de Murilo Melo Filho (1989g, p. 106), ele ressaltou que o político, de 45 anos, era um dos deputados mais votados do Brasil e se considerava continuador da obra de Juscelino Kubitschek. “Não bebe, não fuma (desde 1967), católico, bom pai de família, quatro filhos, caseiro, churrasqueiro, organista, homem do interior, criado na



fazenda do seu pai”, descrevia o jornalista sobre Afif, sublinhando o gosto do candidato, “neto de mascate, descendente de imigrantes libaneses”, por bicicletas, cinema e teatro.

Ex-secretário da Agricultura de Paulo Maluf no governo paulista, Domingos queria se descolar da “imagem de malufista”, focando no desenvolvimento de “três revoluções”: a “agroindustrial”, a “educacional-tecnológica” e a “urbana”. Melo Filho (1989g, p. 106) apontava que Afif ficava “irritado” quando apresentado “como representante da nova direita brasileira”, pois se definia como “um liberal democrata, progressista reformador, defensor da livre iniciativa e um inimigo da presença do estado na vida econômica do país”.

Afif Domingos enfatizava estar feliz em não dispor de tanto tempo na televisão para sua campanha. “Mais valem cinco segundos de verdade do que cinco horas de mentiras”, alegava o candidato, que possuiria, em realidade, 10 minutos no horário eleitoral (GUILHERME..., 1989, p. 106). Em uma das ilustrações que compuseram a matéria, ele aparecia ao lado da esposa dele, Sílvia, e de três de seus quatro filhos. Em uma foto menor, ele tocava órgão, enquanto na página seguinte, ele foi retratado ao participar do programa *Debate em Manchete*, da TV Manchete, tendo ao fundo, o logotipo da emissora.

A reportagem e a resenha ainda citaram que a vidente Neila Alkmin<sup>6</sup>, constantemente consultada por matérias de *Manchete*, garantia que Guilherme Afif Domingos seria eleito em 1989. Alertado por uma cunhada sobre a previsão, o político foi conhecer Alkmin e ficou impressionado com ela (GUILHERME..., 1989, p. 106). Melo Filho (1989g, p. 106) conferia credibilidade à vidente por ela ter previsto que Tancredo Neves ganharia a eleição indireta de 1985, mas não chegaria ao poder. Os prognósticos de Neila Alkmin pareciam, para o candidato e para o jornalista, mais plausíveis que as pesquisas.

Luiz Inácio Lula da Silva, candidato pelo PT, foi o oitavo presidenciável apresentado pela série “De olho no Planalto”. Conforme Cássio Augusto Guilherme (2018, p. 317), “o começo de 1989 mostrava a preferência eleitoral para os candidatos Brizola e Lula”, considerando, outrossim, a rejeição popular a candidatos mais próximos

---

<sup>6</sup> Neila Alkmin (1929-1996) foi uma vidente mineira, atuante por mais de 40 anos no município de Conceição do Rio Verde/MG. Tornou-se conhecida por suas previsões voltadas ao cenário político e econômico brasileiro.



das classes dominantes. Ambas as candidaturas se fortaleceram, ao se constituírem como oposição aberta ao presidente José Sarney e a tudo que o identificava.

A reportagem de *Manchete* delineava que Lula, nome ligado ao movimento sindical, era visto como “bicho-papão de empresários e de grandes segmentos da classe média”, por sua reconhecida atuação à frente de greves, ao longo dos anos. De acordo com o texto, o bom desempenho de seu partido nas eleições municipais de 1988 transmitia “a convicção de que Lula seria imbatível nas urnas”. Entretanto, sua candidatura sofria com ataques da mídia, que o responsabilizava pelos “desconfortos” causados pelas greves promovidas especialmente após a introdução do Plano Verão (LULA..., 1989, p. 100).

No texto, o semanário da Bloch Editores expôs uma das principais nuances da campanha eleitoral de 1989, amplamente distinguida em pesquisas de Comunicação e História: a mobilização das mídias contra Lula, que se prolongaria, não apenas no decorrer dos meses da disputa, como em ocasiões posteriores, em periódicos como a revista *Veja* (SILVA, 2005) e os jornais *O Globo* e *O Estado de São Paulo*, por exemplo (GUILHERME, 2016, p. 99). *Manchete*, com sua característica afirmativa diante de quem notabilizava, tentou se distanciar da crítica às mídias que impetrou, no espaço destinado ao petista.

Indagado sobre as sondagens eleitorais, Lula analisou que os levantamentos estavam longe de proporcionarem resultados precisos, pois tinham dificuldades em acompanhar as tendências do eleitorado, configurando-se apenas como uma “fotografia” de seu momento de realização. “Não existe ninguém que possa ser dono dos votos”, complementou o petista, ao crer que, “se fosse avaliar a campanha pelo corpo-a-corpo”, considerando a receptividade do povo, ele estaria “liderando as pesquisas” (LULA..., 1989, p. 100).

Diferentemente do que sugeria *Manchete*, Lula desacreditava que o fator greve estivesse interferindo no pensamento do eleitor, embora reconhecesse estar enfrentando uma “campanha antigrevista, alimentada, inclusive, pelo próprio governo”. Em resposta a correligionários que o criticavam por amenizar seu discurso na televisão, o candidato assegurava estar atento à necessidade de convencer outros públicos, como “uma dona-de-casa ou mesmo um trabalhador que talvez não goste de mim” (LULA..., 1989, p. 100).

Com relação à filosofia partidária, o presidenciável sustentava que as “instâncias coletivas” deveriam se sobrepor às “decisões pessoais” e que o “culto da personalidade” deveria ser combatido. Em uma eventual passagem para o segundo turno ou “em qualquer hipótese”, Lula, que era deputado federal por São Paulo e participou da Constituinte,



mostrava-se favorável a uma aliança entre as “forças progressistas do país”, por um “programa básico”, sem a promoção de “cargos e privilégios” (LULA..., 1989, p. 100-102).

A julgar pelo desenvolvimento do primeiro turno, haveria algum obstáculo na concretização dessa união, uma vez que, ao contrário do que afirmou Brizola, semanas antes, em *Manchete* (BRIZOLA..., 1989, p. 102), existia um clima de rivalidade entre os dois principais políticos de esquerda naquele pleito. “Ambos buscavam a preferência dos trabalhadores e a liderança ideológica no campo da esquerda”, ao mesmo tempo em que eram atacados por órgãos conservadores da imprensa (GUILHERME, 2016, p. 99).

Defendendo a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, sua correligionária que, em seu encargo, encontrava algumas dificuldades, o petista avaliava negativamente os “vícios” da máquina pública, que precisava ser “desmontada” e “montada outra”. Para que isso ocorresse, deveria haver um processo de reeducação, aproveitando-se os bons quadros e demitindo-se os “profissionais provavelmente culpados de atos ilícitos”, em nome da eficiência (LULA..., 1989, p. 100-102).

A resenha de Melo Filho se direcionou a retomar tópicos já explorados pelo texto. “Pela primeira vez na história política do Brasil, um operário torneiro é candidato presidencial”, concluiu o jornalista, frente ao ineditismo (MELO FILHO, 1989h, p. 102). Na fotografia de maior destaque, que ocupou uma página de *Manchete*, Lula aparecia segurando nos braços, um de seus filhos, Luiz Cláudio, de quatro anos. Ao fundo, realçava-se o símbolo do PT, uma estrela vermelha.

Na nona matéria, o candidato Aureliano Chaves, do PFL, repreendia o teor da campanha de 1989, onde se buscava, segundo ele, “transformar o Brasil numa grande novela de televisão”, procurando-se “alguém com voz empostada” em vez de um presidente da República (AURELIANO..., 1989, p. 106). Sobre o caráter pessoal de Chaves, Melo Filho (1989i, p. 106) relatava que o político era possuidor de um “pavio curto”. Ex-vice-presidente da República na gestão de João Figueiredo, Aureliano havia rompido com o ex-ditador, de acordo com o jornalista, por “ciúmes” e “fofocas”, perdendo a chance de sucedê-lo em 1985.

Mesmo com sua conexão com a ditadura militar, o pefelista prometia defender a democracia, salientando sua vontade de combater a “miséria, a doença e a ignorância”, evitando os erros “do passado e do presente”. Elencando prioridades, planejava o aprimoramento da economia, a “redefinição do papel do estado e da iniciativa privada” e a instalação de “uma política externa capaz de resguardar o desenvolvimento”



(AURELIANO..., 1989, p. 106). Entre todos os candidatos, Aureliano era o que mais estava afinado com o governo Sarney, do qual também participou. O presidente, porém, não endossava candidatos oficiais, por sua imensa impopularidade (GUILHERME, 2018, p. 308).

O candidato do PFL discursava em prol da “correção de desequilíbrios regionais e individuais”, apoiando uma “reorientação” do ensino ajustada “às reais necessidades de nosso desenvolvimento”, rechaçando a implantação de um currículo escolar único para todo o Brasil. Sob um viés moralista, condenava a “esperteza” na política. “Comigo não se fazem falcatruas e negociatas”, garantia o candidato, contrário à estratégia de seus rivais, que centravam suas campanhas “no ataque a Sarney” (AURELIANO..., 1989, p. 106).

Criticando as pesquisas que, em seu parecer, tornaram-se “indutoras”, no lugar de “aferidoras”, Aureliano Chaves sustentava sua candidatura, aprovada em uma prévia do partido (AURELIANO..., 1989, p. 106). O nome do presidenciável não era consenso no PFL (GUILHERME, 2018, p. 308). Segundo Melo Filho (1989i, p. 107), “hordas de pefelistas, no Sul, Norte e Nordeste” abandonavam “o barco” da legenda “em busca de embarcações mais embaladas – como o PRN”, de Collor. Chaves, porém, tergiversava sobre o tema, dizendo não compreender a desconfiança desses correligionários contra ele.

Embora contestado por seus pares, o político dizia contar com importantes apoios, quantificados pela reportagem: o ex-presidente Jânio Quadros, a ex-primeira-dama Maria Thereza Goulart, viúva de João Goulart, e o ex-governador de Minas Gerais, Hélio Garcia. Junto a eles, somava-se a esposa de Chaves, Minervina, conhecida como Dona Vivi, evidenciada em uma das fotografias da matéria, que contou com grande quantidade de texto, em detrimento das imagens – de pequena dimensão, se comparadas às exposições dos demais presidenciáveis (AURELIANO..., 1989, p. 107).

Ronaldo Caiado, do Partido Social Democrático (PSD)<sup>7</sup>, foi apresentado na décima reportagem, a partir de suas características físicas e profissionais, em abordagem semelhante à dada a Collor. Médico e ruralista, sem ter ocupado cargos públicos anteriormente, o candidato via nisso uma vantagem, porque livraria sua índole dos “vícios de origem”. “Os governantes têm saído invariavelmente desta carreira de prefeito, deputado, ministro, governador – e são o que são”, reprovava o político, que, diferente dos demais, não tinha “medo de ser rotulado de direitista” (RONALDO..., 1989, p. 90).

---

<sup>7</sup> Partido que operou no Brasil entre 1987 e 2003. Pouco relevante, foi extinto e absorvido pelo PTB. Não confundir com a agremiação atuante entre 1945 e 1965, nem com a versão criada em 2011.



Interessado na profusão de temas que, conforme a reportagem, “não davam mais ibope” desde “os dias da redentora (sic) de 64”, ou seja, que não despertavam ações da classe política desde o golpe que instaurou a ditadura militar, Caiado era o “mais moço dos candidatos à presidência”. O presidenciável, apontado como um médico “de boa clínica”, também foi lembrado por sua atuação na defesa de empresários rurais, “que viviam ou na defensiva ou na exagerada ofensiva dos movimentos de terra que terminavam, por bem ou por mal, em casos de polícia” (RONALDO..., 1989, p. 90).

O pessedista era conhecido por ser líder da União Democrática Ruralista (UDR), entidade que reivindicava os direitos dessa classe – com notória atividade durante o tempo da Constituinte. Para concorrer, Caiado deixou o comando da UDR. O candidato condenava o uso do termo “latifúndio”, entendido por ele como porções de terras improdutivas, e não como grande propriedade de terra, seu sentido mais habitual. “Nas minhas duas fazendas, planto arroz, feijão e crio gado”, declarava, considerando-se um “produtor rural” (MELO FILHO, 1989j, p. 91).

Tirando proveito de um discurso inteiramente conservador, Caiado exaltava suas origens rurais, difundindo sua crença “no trabalho, na competência, na economia de mercado”. No exercício da Medicina, afirmava aguardar a abertura de um concurso na Universidade Federal de Goiás (UFG), para a cadeira de Ortopedia e Dermatologia. “Não abriram este concurso até hoje porque sabem que eu possuo o melhor *curriculum*”, vangloriava-se, julgando sua própria competência (RONALDO..., 1989, p. 90).

O candidato do PSD prometia acatar a Constituição, prevendo de antemão a “atualização” e o “aprimoramento” do documento, posicionando-se contra a reserva de mercado, “sobretudo no campo da informática”. A redação relacionava a política com mais uma “perna” na vida de Caiado, que se dizia interessado em conciliar as funções presidenciais com seu trabalho de cirurgião, sem se afastar das obrigações de sua fazenda, que, em um virtual governo seu, permaneceria sob o comando de seus familiares (RONALDO..., 1989, p. 90-91).

Murilo Melo Filho (1989j, p. 91), em seu texto, observou com entusiasmo a candidatura de Caiado, reforçando que o político goiano se orgulhava de ser “o único dos presidenciáveis que conhece por dentro as favelas cariocas, que subia diariamente para prestar assistência médica a favelados”. Em estada em Paris, para se especializar em Ortopedia, esteve em contato com “estudantes comunistas”, mas, segundo o jornalista, “aprendeu o suficiente para hoje ser um ferrenho adversário das ideias marxistas”.



A abominação de Caiado aos preceitos da esquerda gerava oposição entre ele e os simpatizantes da “Igreja Progressista” e da Teologia da Libertação. “Porque a minha Igreja é a do Papa e não a desses padres de esquerda”, declarava o político, conforme Melo Filho (1989j, p. 91). Na reportagem, assim como ocorrido com Affonso Camargo, semanas antes, o político não deu a conhecer seus familiares. Na foto de maior destaque, Caiado vestia paramentos cirúrgicos, estando acompanhado de uma equipe hospitalar, possivelmente durante um procedimento. Nas outras duas imagens, ele demonstrava sua faceta rural, posando junto a um cavalo e na condução de um veículo.

Para Freire e Carvalho (2018, p. 126), fundamentados em classificação expressa pelo cientista político Jairo Nicolau, Ronaldo Caiado fazia parte de um grupo de “candidatos anônimos”, isto é, que tinha pouca expressão e atividade política anterior à eleição e que se beneficiou da visibilidade garantida por um “tempo mínimo de exposição na mídia” disponibilizada a postulantes de siglas recém criadas, “num contexto de grande mobilização política”. *Manchete*, portanto, apostou em um candidato que poderia ser relegado, inicialmente, a uma categoria inferior, ofertando-lhe espaço semelhante ao de figuras tradicionais da política.

Na reportagem final da coletânea, Roberto Freire, presidenciável pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), era recordado por enfrentar resistências de pessoas que não gostavam de seu partido, surpreendendo os “mais desavisados”, que não viam no candidato, um comunista (ROBERTO..., 1989, p. 48). Sobre isso, reiterou-se que

Para aqueles que ainda consideram o comunista um comedor de crianças e esturador de freiras, o candidato do PCB é uma revelação. Seguro na ideologia, pronto nas respostas, sem dogmatismo, sem radicalismo, ele bem simboliza o novo comunismo – aquele que busca a realização plena do socialismo dentro do ritual e da práxis democrática. Freire é considerado, por gregos e troianos, um dos mais bem preparados para a disputa presidencial (ROBERTO..., 1989, p. 48).

Embora fosse identificado como uma figura clandestinamente ligada ao PCB, que estava na ilegalidade até 1985, Roberto Freire desenvolveu extensa carreira política, estando filiado oficialmente ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e ao PMDB, direcionando seus mandatos como deputado federal em oposição à ditadura militar (FREIRE; CARVALHO, 2018, p. 131). Em 1989, o socialismo orientado pela União Soviética já não detinha a mesma força e influência. O líder daquele país, Mikhail Gorbachev, introduziu medidas reformadoras, como a *perestroika* e a *glasnost*, que



culminaram no fim da Guerra Fria e se tornaram antessalas para o colapso do regime (VIZENTINI, 2006, p. 36).

Roberto Freire dizia lamentar que a principal liderança comunista brasileira, Luiz Carlos Prestes, estivesse afastado da agremiação, justamente no momento em que, para o candidato, “o partido começou a acertar”. Mesmo tendo se enfraquecido inicialmente após o distanciamento de Prestes, a sigla estava, segundo Freire, “conseguindo dar a volta por cima”, ao defender um “socialismo renovado”, sem deixar de ser “o partido de 1922”. O candidato se posicionava favorável à *perestroika* e às políticas soviéticas de abertura, compreendidas como compatíveis aos anseios dos comunistas no Brasil (ROBERTO..., 1989, p. 48-49).

Freire lamentava que as “forças reacionárias” tivessem passado a “pressionar fortemente o governo” Sarney após o Plano Cruzado, colocando abaixo “tudo o que havia de progressista” na administração pemedebista. Mesmo assim, o candidato do PCB não acreditava no retrocesso e sustentava a elaboração de um “compromisso”, de um “plano de emergência” e de um “programa mínimo” “para enfrentarmos a crise” (ROBERTO..., 1989, p. 48). Murilo Melo Filho (1989k, p. 49) analisou Freire como “um socialista da riqueza e não da miséria”, frase constantemente reproduzida pelo político.

O jornalista insistiu que o candidato era “algo novo em matéria de comunismo”, articulando-se, inclusive, com líderes religiosos, descartando estereótipos mais comuns. Em 1989, Freire, segundo a reportagem, havia recebido apoio, inclusive, de um grupo de pecuaristas de Mato Grosso do Sul, “que lhe cederam um avião para sua campanha eleitoral”. Além disso, o presidenciável era elogiado por respeitar as crenças da esposa dele, Letícia, que, segundo o político, não tinha “culpa” de ele ter se “convertido ao marxismo, aos 13 anos” (MELO FILHO, 1989k, p. 48).

Na ilustração principal, Roberto Freire aparecia em um momento familiar, acompanhado da esposa e de quatro filhos. Na segunda imagem, o político segurava uma bandeira nacional, enquanto a bandeira alusiva ao comunismo estava atrás dele. “Entre as duas bandeiras, Freire não tem dúvidas: fica com as cores do Brasil”, informava a legenda da fotografia, como se ambos os símbolos fossem antagonistas (ROBERTO..., 1989, p. 48). Essas atitudes de Freire em campanha parecem ter ajudado a delimitar seu futuro político, posto que, com a queda da URSS, em 1991, ele reorganizou suas bases e mudou o nome da legenda para Partido Popular Socialista (PPS) (VELOSO E OUTROS, 2009).

De acordo com Melo Filho (1989k, p. 48), que também destacou o desempenho de Freire na Constituinte, o PCB contava com cerca de 120 mil filiados, sendo 20%



destes, militantes. O candidato, que tinha por objetivo “reduzir os preconceitos existentes contra os comunistas”, esperava “com sua pregação” “ampliar essa faixa de apoio”. “Dispõe para tanto de uma boa mensagem”, avaliava o jornalista de *Manchete*, encerrando a série “De olho no Planalto”.

### Considerações Finais

De maneira bastante singular, *Manchete* apresentou parte dos candidatos à presidência do Brasil, em 1989, na série “De olho no Planalto”. Sua seleção contemplou a metade dos concorrentes no pleito. A outra metade, segundo a revista, era detentora de um “sonho impossível”, descartando-se quaisquer chances de vitória aos mesmos. Nessa categoria, encontravam-se concorrentes que souberam permanecer no cenário político porvindouro, como Enéas Carneiro (PRONA) e Fernando Gabeira (PV). Outros, desapareceram por completo do jogo do poder, ante a efemeridade de suas propostas e partidos.

As candidaturas negligenciadas pelo periódico estavam distribuídas em legendas de menor expressão, as quais não contavam com a “sorte” do PRN, que, com Fernando Collor de Mello, deixou a irrelevância para conquistar a presidência da República. O impulso a Collor foi, em grande monta, promovido pela imprensa, que viabilizou projeção nacional ao ex-governador de Alagoas. Não foi, portanto, uma prerrogativa exclusiva de *Manchete*, que convergiu, porém, na tática com outros veículos, disponibilizando ao presidenciável, quantidade superior de páginas na coletânea, em comparação aos demais concorrentes.

Não há inocência, nem ingenuidade nessa escolha. A campanha estava em seus primeiros encaminhamentos e existiam candidatos tão ou mais notáveis que Collor no pleito. A pergunta que fica em aberto é: por qual motivo essa opção vingou também nas páginas de *Manchete*? Trata-se de algo a ser descoberto em novas investigações, talvez não encontre uma resposta simples. O que se sabe é que o Grupo Bloch não ganhou com a ascensão do candidato do PRN ao poder, uma vez que o conglomerado se deparou, nos anos que se seguiram, com uma de suas piores crises, cujos efeitos se refletiram em sua futura falência.

Antes mesmo de o horário eleitoral gratuito – diário, longo e obrigatório nas emissoras de rádio e televisão – entrar no ar, assumindo o papel de principal recurso de promoção das candidaturas, *Manchete* aproximou do leitor, políticos defensores de



diferentes plataformas, ponderando-os sob distintos vieses. Enquanto Ulysses, Covas, Brizola, Lula e Freire buscavam superar estereótipos relacionados a suas imagens ou a seus partidos, Collor, Maluf, Camargo, Afif, Aureliano e Caiado se preocupavam em tornar tolerável o discurso da direita naquela disputa, através da negação ou da reafirmação de suas posições no espectro político.

Diferentemente do que costuma ocorrer nas mídias, que, ao preconizarem a utópica e insincera imparcialidade, julgam seus personagens de interesse sob suas próprias visões, escondendo-se em uma suposta objetividade – ou mesmo, “verdade” –, as críticas do semanário da Bloch Editores de modo algum depreciavam os políticos como pessoas, voltando-se algumas vezes ao sugestivo, desenvolvendo alertas e apontamentos ao direcionamento das candidaturas, podendo, inclusive, em certos momentos, serem confundidas com os levantamentos estratégicos das campanhas.

Analisando-se *Manchete* como um periódico afeito ao “otimismo”, que procurava se manter do lado da situação política, a revista se revelou preparada a apoiar o governo de qualquer um dos aspirantes à presidência que fosse eleito. Ao recordar pontos controversos nas biografias dos candidatos, buscou justificativas e evasivas, eliminando o peso das apreciações, por vezes até naturalizando-as. “De olho no Planalto” pode ser entendida, destarte, como uma grande vitrine de políticos, interessados em mostrarem o que tinham de melhor em suas trajetórias pessoais e profissionais e em seus programas de governo, tentando convencer um eleitor ainda não engajado oficialmente na corrida eleitoral.

A série aqui analisada demonstra falta de isonomia, no que concerne ao número de páginas e ao emprego de imagens, algo que deve ser interpretado como uma opção editorial da revista, de seus jornalistas e de seus diretores. Nos discursos dos presidencialistas, detectam-se, desde cedo, nuances que já eram ou se tornariam permanentes no panorama político e eleitoral brasileiro, como a exploração exacerbada das facetas moralistas, da necessidade de superação da corrupção na administração pública, da negação da política e das ideologias e, até mesmo, da rejeição ao comunismo, que, sem terreno fértil para se desenvolver no Brasil, continua sendo encarado como um fantasma pairando sobre o país.

A propósito do tema, chama a atenção o tratamento dado a Roberto Freire, o “socialista da riqueza”, que não seguia as cartilhas daquilo que se entendia como um candidato comunista na sociedade que a imprensa visava representar. A hostilidade ao comunismo foi um dos pontos que expôs a influência dos pensamentos políticos e



econômicos internacionais na linha editorial de *Manchete*. Outros fatores conexos foram a divulgação da boa relação de Paulo Maluf com empresários estrangeiros e a viagem de Collor, que aproveitaria a ocasião para conhecer programas de privatizações em outros países.

Ditando parte das regras das reportagens, o olhar para o contemporâneo resgatava as carências do governo vigente. Mesmo distante de José Sarney, o presidente se tornou uma chaga para Ulysses Guimarães. Já para Covas, Collor e Camargo, o momento era de liberdade: ao deixarem o PMDB, evidenciavam facilidade de se descolarem da imagem do mandatário. Entre os candidatos de esquerda, isto é, Brizola e Lula, os impulsionamentos de suas candidaturas de oposição a Sarney pareciam esbarrar na desconfiança e nos preconceitos oriundos do mercado e dos conservadores – contrariados com a popularidade dos postulantes –, questões que eles tentaram contornar nas reportagens de *Manchete*.

Em edições posteriores, a revista voltaria a explorar ações dos candidatos, reproduzindo pareceres sobre suas participações no horário eleitoral gratuito e em eventos, como comícios e debates. Na passagem de Collor e Lula ao segundo turno, a revista reforçou a notoriedade delegada a ambos, obrigando-se a aumentar suas atenções ao petista, que, na série de reportagens, havia ganhado um diminuto número de páginas, na oitava semana. Após uma campanha pouco transparente, que se utilizou de recursos bastante duvidosos, Fernando Collor de Mello foi escolhido como presidente da República, em 17 de dezembro de 1989, sucedendo a José Sarney, ao tomar posse em 15 de março de 1990.

As transformações paradigmáticas na historiografia que, entre outras ações, reavivaram o interesse pela história política, proporcionaram a realização dessa pesquisa, utilizando-se uma base pouco trabalhada nessa área. Em sua atividade, *Manchete* demonstrava interesse na exposição de acontecimentos políticos, ressaltados sob sua peculiar visão de mundo, um diferencial que deve ser sinalizado e valorizado nos exames que empregarem essa fonte, também em outras circunstâncias.

**Data de Submissão:** 10/05/2021

**Data de Aceite:** 19/08/2021

### **Referências Bibliográficas**



AFFONSO Camargo: “A campanha será decidida no corpo-a-corpo”. **Manchete**, nº 1946, 5 ago. 1989, p. 106-107. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

ALBERNAZ, Cássio Alan Abreu. Prolegômeno historiográfico ao objeto político. **Historiae**. Rio Grande, v. 2, p. 9-24, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2487/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

AURELIANO Chaves: “Ainda não banimos a esperteza da vida política”. **Manchete**, nº 1949, 26 ago. 1989, p. 106-107. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000

BILUCZYK, Roberto. **Da Constituinte ao Plebiscito**: discussões e representações sobre formas e sistemas de governo nas revistas *Manchete* e *Veja* (1987-1993). 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2021. 269f.

BLOCH, Adolpho. Meu amigo Doutor Ulysses. **Manchete**, nº 2116, 24 out. 1992, p. 14. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

BRIZOLA: “Meu maior adversário é o preconceito”. **Manchete**, nº 1945, 29 jul. 1989, p. 102-105. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

CAMPOS, Patrícia; ALDÉ, Lorenzo; BASTOS, Manoel Dourado. Paulo Salim Maluf. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

CAPA. **Manchete**, nº 1941, 1 jul. 1989. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO, Renato Fragelli. Plano Verão. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7074/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

COLLOR de Mello: “Quanto mais me atacam, mais cresço”. **Manchete**, nº 1941, 1 jul. 1989, p. 6-11. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

CONY, Carlos Heitor. A linha da revista. In: GONÇALVES, José Esmeraldo; BARROS, J. A. (orgs.). **Aconteceu na Manchete**: as Histórias que Ninguém Contou. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008, p. 57-76.

COUTO, André. Partido da Reconstrução Nacional. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da Nova**



**República:** da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018, p. 27-71.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1937/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo:** da Morte de Vargas aos Dias Atuais. São Paulo: Contexto, 2016.

FREIRE, Américo; CARVALHO, Alessandra. As eleições de 1989 e a democracia brasileira: atores, processos e prognósticos. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da Nova República:** da transição democrática à crise política de 2016. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018, p. 119-161.

GIL-PUJOL, Xavier. **Tiempo de política:** perspectivas historiográficas sobre la Europa moderna. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006.

GOMES, Marcelo Bolshaw. A imagem pública de Lula e eleições presidenciais brasileiras (1989/2002), **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação – BOCC**, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-bolshaw-lula.pdf/>. Acesso em: 23 set. 2021.

GUILHERME Afif Domingos: “A eleição será decidida pelo inconsciente coletivo do povo”. **Manchete**, nº 1947, 12 ago. 1989, p. 104-106. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

GUILHERME, Cássio Augusto. A eleição de 1989: direita x esquerda. **Revista Urutágua**, n. 34, p. 87-109, jun./nov. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/34133/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

GUILHERME, Cássio Augusto. A transição rejeitada: PMDB e PFL na eleição de 1989. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.8, n. 15, p. 300-320, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/5725/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História:** novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 180-196.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da História? In: LE GOFF, Jacques. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 215-236.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

LULA: “Não compactuo com a mentira”. **Manchete**, nº 1948, 19 ago. 1989, p. 100-102. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MAGALHÃES, Marcos. Guaraná em pó, mel, caminhadas e do-in: as armas do Dr. Ulysses. **Manchete**, nº 1943, 15 jul. 1989, p. 108-109. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MÁRIO Covas: “O tucano levanta voo”. **Manchete**, nº 1944, 22 jul. 1989, p. 100-102. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.



MELO FILHO, Murilo. A sucessão está na rua?. **Manchete**, nº 1933, 6 maio 1989, p. 14-17. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MELO FILHO, Murilo. Aureliano não pediu para ser candidato. **Manchete**, nº 1949, 26 ago. 1989i, p. 106-107. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MELO FILHO, Murilo. Caiado: candidato da periferia para o centro. **Manchete**, nº 1950, 2 set. 1989j, p. 91. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MELO FILHO, Murilo. E se Maluf tivesse sido eleito?. **Manchete**, nº 1942, 8 jul. 1989b, p. 18. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MELO FILHO, Murilo. Freire: uma socialista da riqueza e não da miséria. **Manchete**, nº 1951, 9 set. 1989k, p. 48-49. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MELO FILHO, Murilo. Inédito: um torneiro- mecânico é presidenciável. **Manchete**, nº 1948, 19 ago. 1989h, p. 102. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MELO FILHO, Murilo. Na Europa, onde se encontra, ele está sendo poupado do desgaste nos atritos da campanha. **Manchete**, nº 1941, 1 jul. 1989a, p. 11. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MELO FILHO, Murilo. Quem é Covas? O que ele quer?. **Manchete**, nº 1944, 22 jul. 1989d, p. 102. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MELO FILHO, Murilo. Ulysses: “Vou vencer esta eleição”. **Manchete**, nº 1943, 15 jul. 1989c, p. 106-109. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MELO FILHO, Murilo. Um liberal com a livre iniciativa. **Manchete**, nº 1947, 12 ago. 1989g, p. 106. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MELO FILHO, Murilo. Um sonho de quase 30 anos: ser presidente. **Manchete**, nº 1945, 29 jul. 1989e, p. 104-105. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MELO FILHO, Murilo. Um vegetariano acordeonista e adepto da ioga. **Manchete**, nº 1946, 5 ago. 1989f, p. 107. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. “Aconteceu: Virou Manchete”: O golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. 146f.



PÁDUA, Gesner Duarte. *Manchete*: a cortesã do poder. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, v. 2, p. 213-222, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4121/> Acesso em: 12 jan. 2021.

PAULO Maluf: “O Estado perdeu a moral perante a nação”. **Manchete**, nº 1942, 8 jul. 1989, p. 16-18. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 2003, p. 37-56.

ROBERTO Freire: “A *perestroika* representa uma aspiração do PCB”. **Manchete**, nº 1951, 9 set. 1989, p. 48-49. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

ROMA, Celso. A Institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/DBMr6vWB7RckDb74YrPvmJh/abstract/?lang=pt/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

RONALDO Caiado: “Demonstrei capacidade para congrega a classe produtiva”. **Manchete**, nº 1950, 2 set. 1989, p. 90-91. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

SANTA RITA, Chico. **Batalhas eleitorais: 25 anos de marketing político**. São Paulo: Geração Editorial, 2002.

SARNEY: “Abdico de um ano do meu mandato e conclamo o Brasil à conciliação”. **Manchete**, nº 1832, 30 maio 1987, p. 18B. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

SILVA, Carla Luciana Souza da. **Veja: O Indispensável Partido Neoliberal**. 2005. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, 651f.

VELOSO, Verônica; MONTALVÃO, Sérgio; URBINATI, Inoã Pierre Carvalho. Roberto João Pereira Freire. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

VIEIRA, Renan Milanez. Rede Manchete: um estudo de caso. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação – BOCC**, 2012. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/vieira-renan-rede-manchete-um-estudo-de-caso.pdf/>. Acesso em: 15 jan. 2021.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Guerra Fria (1947-1987): conflito ou sistema? **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 6, n. 2, p. 9-38, jul./dez. 2006.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**. São Paulo, v. 4, p. 89-102, jun. 1985.